

Governo mantém o contingenciamento de R\$ 5,9 bi e tira total de R\$ 7,4 bi do PAC

Por Eduardo Campos e Cristiane Bonfanti | De Brasília

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, anunciou a manutenção do contingenciamento orçamentário de R\$ 5,9 bilhões, já revelado no relatório de avaliação bimestral de receitas e despesas. Além disso, o ministro anunciou um remanejamento de R\$ 2,2 bilhões para demanda emergências dos ministérios ao longo dos próximos meses. Com as medidas, o total de movimentação de recursos será de R\$ 8,127 bilhões.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve um corte de R\$ 5,236 bilhões. Além disso, perderá mais R\$ 2,251 bilhões em função do remanejamento de despesas para atender demandas emergenciais. Assim, a limitação total do PAC chegará a R\$ 7,487 bilhões. As obras do programa ligadas ao Ministério das Cidades serão as mais atingidas, com limitação de R\$ 3,476 bilhões, seguidas de Defesa, com R\$ 1,358 bilhão, e Transportes, Portos e Aviação Civil, com R\$ 1,168 bilhão.

Com o contingenciamento e o remanejamento, o PAC foi reduzido de R\$ 27,2 bilhões para R\$ 19,7

bilhões. Segundo Oliveira, o investimento não será prejudicado com uma retirada de R\$ 7 bilhões, valor contingenciado, que é visto apenas como uma suspensão temporária, não tem efeito prático sobre o nível geral de atividade.

"O efeito prático é a demonstração de que o governo está fazendo um esforço forte para garantir a gestão fiscal do país. Por outro lado, as ações que o governo tem tomado, com as reformas e novos marcos regulatórios, é que vão trazer de volta a retomada do crescimento", disse o ministro. "Não acredito que tenha efeito efetivo em termos de crescimento. Leniência fiscal é que comprometeria a retomada do crescimento. Estamos fazendo exatamente o posto disso", completou.

No relatório de avaliação de receitas e despesas foi anunciado que havia necessidade do contingenciamento para manutenção da meta fiscal de 2017. Também foi comunicado que, dentro do prazo regulamentar, o governo deveria detalhar o contingenciamento e que estava buscando finalizar a análise de receitas extraordinárias. Essas receitas eram R\$ 2,1 bilhões de precatórios. Outros R\$ 2,5 bilhões em outorga de aeroportos e a

privatização da Lotex, de cerca de R\$ 1 bilhão. Mas não foi possível garantir a previsão de entrada desses recursos nos cofres públicos.

O ministro foi insistentemente questionado sobre o cumprimento da meta fiscal para o ano, de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central. Ele afirmou que não iria conjecturar sobre a possibilidade de alteração e enfatizou que o governo não tem outra alternativa senão cumprir o que está estabelecido em lei.

"Estamos atuando e buscando alternativas para reduzir o nível de contingenciamento e as restrições que os órgãos têm passado. Não cumprir a meta não é uma possibilidade. Do ponto de vista legal teria de ter uma alteração da lei que não pode ser feita nesse período entre o relatório e a data de hoje", disse. Se houver a conclusão da análise de receitas extraordinárias, o governo pode fazer decreto extemporâneo, liberando recursos.

Ao ser questionado sobre uma possível frustração com o leilão das usinas da Cemig, o ministro explicou que se houver frustração de receita, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) manda fazer um contingenciamento equivalente.

Orçamento do STF para 2018 será votado em 9 de agosto

Por Luísa Martins | De Brasília

A proposta orçamentária do Supremo Tribunal Federal (STF) para o ano de 2018 será apresentada e debatida no dia 9 de agosto, em sessão com participação de todos os ministros. Assim que o recesso se encerrar, no dia 1º, a presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, deve encaminhar a proposta aos demais colegas, para que tenham tempo de analisá-la antes da data da votação.

A reunião ainda não consta da agenda de agosto no site do STF, mas fontes ligadas à ministra confirmaram a data ao Valor. Normalmente, trata-se de um debate sucinto, sendo raro haver discordância entre os ministros.

Ainda não há estimativa sobre o valor que Cármen Lúcia irá solicitar para custear, em 2018, gastos do Supremo com pessoal, benefícios, custeio e outros investimentos. O montante aprovado será enviado ao governo para inclusão no projeto de Lei Orçamentária Anual.

No ano passado, a proposta

orçamentária apresentada pelo então presidente Ricardo Lewandowski foi de R\$ 685 milhões - 23,49% maior do que a de 2015. Do total requerido pelo Supremo, cerca de 60% seriam destinados a gastos com pessoal. O valor não incluía o aumento do salário dos ministros, em discussão no Senado.

O projeto de lei de autoria do STF, que aumenta o subsídio mensal de ministro de R\$ 33,7 mil para até R\$ 39,2 mil, está parado desde o ano passado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator da matéria na comissão, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), apresentou parecer contrário ao reajuste em agosto do ano passado, mas não há data para o tema seguir adiante na tramitação.

Na ocasião, o relator destacou que a elevação dos vencimentos aumentaria o teto salarial para todo o funcionalismo público, gerando o chamado "efeito dominó". Isso porque, pela Constituição, nenhum servidor público poderá receber salário maior do que o de um ministro do Supremo.

Uma enquete feita pelo Senado

aponta que a opinião pública também não aprova o reajuste: 83% dos que votaram manifestaram-se contrários ao projeto, que ainda precisa ser votado em plenário e, caso aprovado pela maioria dos parlamentares, sancionado pelo presidente Michel Temer.

Apesar de desagradar à sociedade, há uma forte expectativa em torno do aumento para os ministros do STF, especialmente depois que o Conselho Nacional do Ministério Público aprovou reajuste de 16% para os procuradores. Com o aumento, é possível que os salários de alguns procuradores ultrapassem os R\$ 33,7 mil, tornando impossível a aplicação da porcentagem acertada pelo conselho.

Até agora Cármen Lúcia não demonstrou apoio ao reajuste da remuneração dos ministros da corte. A proposta a ser apresentada pela atual presidente, ressaltou a fonte, respeitará o limite estipulado pela PEC do teto de gastos.

Regime do funcionalismo precisa de reforma

Há problemas que, engavetados, fermentam, crescem, até exigirem soluções rápidas e drásticas. É o que aconteceu com a folha de salários do funcionalismo. Ela foi inflada durante os governos Lula e Dilma, devido ao clássico descompromisso lulopetista com o equilíbrio das contas públicas — a ponto de esta irresponsabilidade custar a Dilma a presidência.

E o problema terminou agravado pela miopia de Michel Temer de, ao assumir o Planalto, manter os reajustes de servidores claramente incompatíveis com a crise que já avançava. Não foi por falta de alerta que Temer, num ato de varejo político, confirmou acordos feitos por Dilma com categorias de servidores, distribuindo reajustes até 2019, numa infração indiscutível à Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe a geração de despesas que invadam mandatos seguintes.

Esses aumentos, formalizados em 2016, beneficiam 1,1 milhão de servidores, de diversas categorias. No momento em que há o risco de mesmo a meta de um elevado déficit de R\$ 139 bilhões, para este ano, não ser atingida, é correta a intenção de áreas do governo de suspender esses reajustes. Apenas este ano, eles acrescentam R\$ 12 bilhões à folha.

Para o ano que vem, serão R\$ 7,1 bilhões, e, em 2019, no próximo governo, R\$ 7,6 bilhões. Não bastasse a própria falta de dinheiro levar a medidas drásticas como esta e a outras, a folha dos servidores, também por força desses aumentos, já subiu 11,3% acima da inflação, sobre 2016, um enorme contrassenso devido à crise.

O quadro fica muito mais difícil porque a isso se soma

a expansão, também real, de 6,9%, das despesas com a Previdência. Há possibilidade objetiva de perda de controle fiscal. As premissas de evolução do PIB e, como consequência, das receitas tributárias, não têm se confirmado, e assim o Planalto precisa mesmo fazer um ajuste dentro do ajuste. Pois rever a meta do déficit tem cheiro de Dilma Rousseff, e prejudicaria a confiança.

É preciso mesmo adiar a entrada em vigor dos reajustes, além de outras medidas. Temer, na luta incessante para se manter no cargo, gasta na “compra” de apoios por meio da liberação de emendas parlamentares. Portanto, toca fogo na própria casa, e terá de enfrentar a contradição de, por outro lado, precisar reduzir despesas com a folha de salários. Sem deixar de levar em conta que ele também necessita dar algum impulso à reforma da Previdência. Por sinal, é o atraso dela que ajuda a complicar a situação das contas públicas.

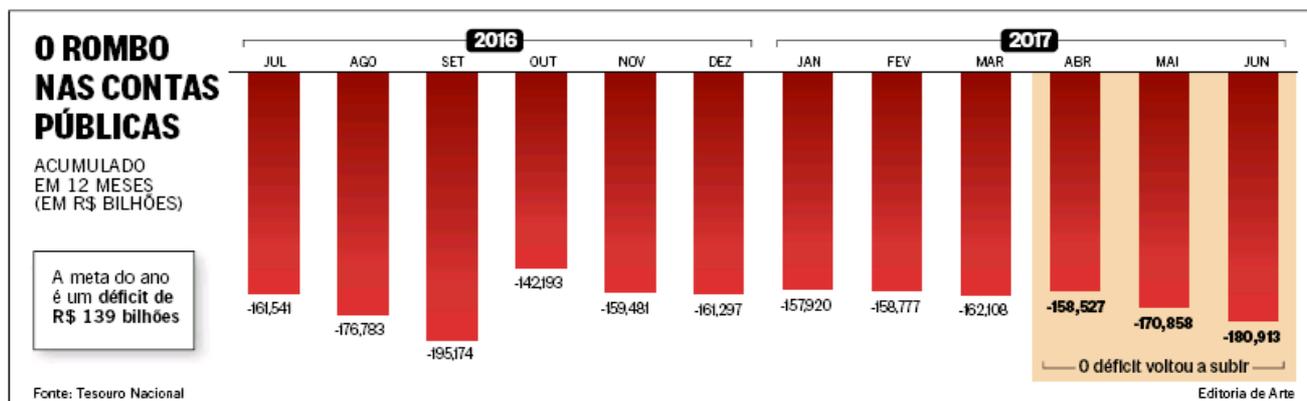
É crucial debelar este incêndio, mas sem ilusões: o tamanho e o crescimento da folha da União, segundo item mais pesado do Orçamento, são assuntos tão sérios e merecedores de uma reforma estrutural quanto o primeiro item de gastos, a Previdência.

Será inevitável enfrentar a questão, por exemplo, do regime que concede estabilidade a todo o funcionalismo, algo adequado, apenas, a carreiras de Estado. Assim como a crise leva a mudanças previdenciárias, ela induz esta nova reforma, em que se devem discutir também, por exemplo, mecanismos que fazem a folha de salários crescer de forma vegetativa.

O fator política

Intensificou-se ontem o embate travado desde o início do governo entre o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e a dupla Dyogo Oliveira (Planejamento) e Romero Jucá. Meirelles quer manter a promessa e chegar ao fim do ano com um déficit de R\$ 139 bilhões. Seus oponentes, liderados por Jucá e com seguidores no Congresso, querem maior flexibilidade. Açam que mais limites a gastos ou aumento de impostos podem comprometer o apoio parlamentar ao governo.

Operação tapa-buraco



União estuda elevar contribuição previdenciária de servidor e novas altas de impostos

Geralda Doca

-Brasília- O Orçamento federal de 2017 prevê receitas de R\$ 40,5 bilhões que podem não entrar no caixa até o fim do ano, porque dependem de negociações difíceis no Congresso ou seriam obtidas com leilões de concessão e privatização ainda incertos. Por isso, sob risco de apagão fiscal, o governo começou ontem a discutir com líderes da base aliada no Congresso maneiras para reduzir despesas e elevar a arrecadação. No cardápio de opções, estão a elevação da contribuição previdenciária dos servidores federais de 11% para 14%, o aumento de outros impostos além do PIS/Cofins sobre combustíveis; mais cortes de gastos e a própria ampliação do déficit primário de 2017, cuja meta é um

rombo de R\$ 139 bilhões.

O governo está preocupado particularmente com o fim da desoneração da folha de pagamento de diversos setores e o programa de refinanciamento de dívidas tributárias (Refis), medidas que estão sendo desfiguradas pelo Congresso. Além disso, não tem firmeza sobre quanto pode levantar com concessões e privatizações. Se nas áreas de petróleo e gás há chance de leilões competitivos e boa arrecadação, há imbróglios como o embate jurídico em torno das quatro usinas da Cemig, avaliadas em R\$ 11 bilhões. Por isso, integrantes do governo admitem internamente a necessidade de mexer no Orçamento ou rever a meta fiscal, classificada como "muito ousada, segundo um auxiliar do presidente Michel Temer.

O martelo será batido em agosto, durante a preparação da proposta orçamentária de 2018 a ser enviada

ao Congresso. Na ocasião, o governo decidirá ainda se vai mesmo adiar ou cancelar os reajustes prometidos aos funcionários públicos e outras medidas de corte de despesas, além do aumento de impostos. Segundo um interlocutor do Planalto, pessoalmente, o presidente é a favor da revisão da meta fiscal, mas tem cedido aos argumentos do ministro da Fazenda, que não concorda com essa saída. Integrantes da ala política também pressionam pela mudança.

Em uma reunião ontem, os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo Oliveira (Planejamento) e Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) conversaram com os líderes no Congresso, o deputado André Moura (PSC-SE) e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), sobre a pauta legislativa. As medidas prioritárias, nesse caso, são a





reoneração da folha de pagamentos, que daria uma receita este ano de R\$ 2,2 bilhões, e o Refis, que permitiria o ingresso de R\$ 13,3 bilhões no caixa.

O problema é que as propostas foram alteradas. Por exemplo, a desoneração da folha foi prorrogada para janeiro de 2018 e a ordem é reverter o cronograma para que a matéria passe a valer ainda este ano. No caso do Refis, o relator da medida provisória na Câmara, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), mudou substancialmente o texto, com reduções de 99% dos juros e das multas. Isso fez com que a economia estimada pelo governo caísse para menos de R\$ 500 milhões. A ideia, também, é aprovar a MP original.— No caso da reoneração, pelo texto

do relator, seria apenas em 2018, mas vamos trabalhar para que haja efeito já em 2017. Não queremos cortes (no Orçamento), mas eles são necessários. Nosso maior problema hoje é aumentar a arrecadação — resumiu André Moura.

Já as concessões somam R\$ 25 bilhões, incluindo a privatização, em setembro, da Lotex, que é a loteria instantânea da Caixa Econômica, que poderia render aos cofres públicos R\$ 1 bilhão. Outras receitas com as quais o governo conta e estão certas são R\$ 2 bilhões em precatórios (recursos de ações perdidas pelo governo na Justiça que não foram recolhidos pelos autores) e outros R\$ 3 bilhões com o programa de repatriação de recursos.

Colaborou Cristiane Jungblut

Corte no investimento vai bancar gasto com a máquina

Redução de R\$ 7,5 bi no PAC cobrirá despesas com Defesa Civil, polícias, INSS e CBTU

Martha Beck e Bárbara Nascimento

-Brasília- Sem tempo suficiente para encontrar receitas que dessem um alívio imediato aos cofres públicos, o governo decidiu manter o contingenciamento adicional de R\$ 5,951 bilhões do Orçamento, como havia anunciado semana passada, elevando o aperto fiscal do ano para R\$ 45 bilhões. Porém, para evitar a paralisação de serviços importantes para a população, a equipe econômica fará um remanejamento de gastos, retirando R\$ 2,250 bilhões dos investimentos para despesas consideradas emergenciais.

Entre elas, a contratação de carros-pipa para a Defesa Civil, repasses às polícias Rodoviária Federal e Federal, a manutenção do controle do espaço aéreo, o atendimento no INSS e verbas para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e para a Transurb.— Faremos um remanejamento para não prejudicar órgãos públicos — explicou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) será o maior prejudicado pelos ajuste.

Considerando o contingenciamento e o remanejamento, terá R\$ 7,487 bilhões represados. O Orçamento original do programa de investimentos era de R\$ 36,071 bilhões — agora, caiu a R\$ 19,7 bilhões. A tesoura será mais afiada no Ministério das Cidades (R\$ 3,476 bilhões), na Defesa (R\$ 1,358 bilhão), em Transportes, Portos e Aviação (R\$ 1,168 bilhão) e na Educação (R\$ 550 milhões).

Do total contingenciado, R\$ 5,876 bilhões virão do Poder Executivo, sendo R\$ 640,5 milhões em emendas parlamentares impositivas de bancada e individuais. O restante, de R\$ 74,8 milhões, ocorrerá nos demais poderes.

ATRASO EM PRECATÓRIO CONTRIBUIU PARA APERTO

Oliveira havia sinalizado na semana passada que o governo poderia não ter que contingenciar mais o Orçamento caso conseguisse, até o dia 31 de julho, obter algumas receitas que só dependiam de questões burocráticas. Uma delas eram R\$ 2,1 bilhões em precatórios que estão sendo auditados pela Caixa Econômica Federal.— Não foi possível concluir as avaliações de tal modo que a gente pudesse refazer o relatório (de avaliação fiscal, que precede o decreto de contingenciamento). A única medida que foi possível implementar nesse período foi a que trata de devolução

de pagamentos indevidos (da União e do INSS a pessoas que já faleceram). Mas essa medida tem impacto muito pequeno (R\$ 600 milhões), e a gente considerou que não vale a pena refazer todo o relatório para tratar só dessa medida. Dessa maneira, teremos que fazer, mesmo temporariamente, esse contingenciamento — explicou o ministro.

Questionado sobre o risco de o governo paralisar a máquina pública se insistir em cumprir a meta fiscal de 2017, de déficit primário de R\$ 139 bilhões, Oliveira afirmou que a equipe econômica quer reverter o contingenciamento assim que for possível. Ele não negou uma eventual mudança na meta, que está sendo estudada nos bastidores: — Não cumprir a meta não é uma possibilidade legal, teria que ser feita uma alteração da lei. Estamos trabalhando com essas informações que eu divulguei. Qualquer medida ou decisão posterior será comunicada.

Oliveira afirmou ainda que os cortes nos investimentos do PAC não prejudicam a atividade econômica, uma vez que eles têm uma participação pequena no investimento total do país: — Investimento público não tem efeito prático sobre retomada do crescimento. O que tem efeito é que o governo está fazendo esforço para garantir a gestão fiscal do país.





O ministro comentou ainda o Programa de Demissão Voluntária (PDV), que será lançado em breve pelo governo. Ele ressaltou que o PDV deve funcionar como uma medida complementar e reiterou que a estimativa, baseada no programa da década de 1990, é economizar, ao fim do processo, R\$ 1 bilhão com o desligamento de cerca de 5 mil servidores.— Estamos adotando essa medida, que evidentemente não pode ser confundida com a solução dos problemas fiscais do país. É uma medida complementar, que tem a principal motivação de ser um instrumento de adequação de pessoal, uma maneira de melhorar a nossa gestão de pessoal.

Reforma trabalhista e orçamento

ROBERTA DE OLIVEIRA SOUZA

Como já dizia o dominicano Jean Baptiste Henri Dominique Lacordaire, "entre os fortes e fracos, entre os ricos e pobres, entre senhores e servos, é a liberdade que oprime e a lei que liberta".

Foi nessa perspectiva que o direito do trabalho foi criado, pois para combater uma desigualdade é preciso criar outra, como afirmava o jurista uruguaio Eduardo Juan Couture.

Enquanto cidadãos e operadores do direito, nosso dever é lutar por ele, mas quando o direito se digladiava com a justiça, devemos lutar por ela, para que uma sociedade humanamente viável e dignificante prevaleça em detrimento dos interesses puramente políticos e do capital.

Evidencia-se, portanto, que a reforma trabalhista é resultado de uma postura do Legislativo e do Executivo cujo escopo é refrear a atuação progressista e protetiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Tal proteção não pode retroagir, sendo inconstitucional qualquer tentativa tendente a revogar direitos sociais já regulamentados sem a

elaboração de meios opcionais aptos a compensarem a aniquilação desses benefícios.

Destaca-se, por oportuno, que a reforma não é fruto da vontade do povo, pois em termos de cidadania a população não foi ouvida.

Dentre os diversos mecanismos de escuta da opinião pública, o e-Cidadania, do Senado, revela, em consulta realizada em 11 de julho de 2017, uma discrepância enorme entre os que apoiam a proposição (16.788 votos) e os contrários a ela (172.147 votos).

Nesse sentido, como construir uma sociedade livre, justa e solidária se a classe trabalhadora paga o preço da "modernidade" e do "progresso"? De que maneira o desenvolvimento nacional será garantido sem uma gestão responsável do orçamento público e com o colapso resultante da imoralidade do Executivo e do Legislativo?

Isso sem falar da demanda por mais investimentos em transporte, educação, saúde pública e saneamento básico.

Diante do exposto, indagamos ao

leitor: será que antes de aprovar, sancionar e promulgar de forma vertiginosa a reforma trabalhista, precarizando as relações de emprego, não seria o caso de promover a responsabilização dos agentes públicos que se utilizam das receitas públicas a seu bel prazer?

Como em qualquer atividade humana, a execução orçamentária precisa ser devidamente acompanhada, fiscalizada e controlada.

Para tanto, a Constituição Federal dispõe de uma seção específica para estruturar e disciplinar a matéria (artigos 70 a 75). E, na mesma linha, há a Lei de Responsabilidade Fiscal (nos artigos 43 a 59).

Portanto, pode-se concluir que as finanças públicas e as normas orçamentárias brasileiras são regidas por preceitos que prezam pela justiça na arrecadação, eficiência na aplicação, transparência nas informações e rigor no controle das contas públicas, o que claramente não vem acontecendo.

ROBERTA DE OLIVEIRA SOUZA, advogada, é pós-graduada em direito e processo do trabalho pela Universidade Cândido Mendes

Ajuste no Orçamento tira verba de obras e projetos de parlamentares

MARIANA CARNEIRO
MAELI PRADO
DE BRASÍLIA

O governo anunciou nesta quinta-feira (27) que vai represar um terço dos recursos destinados pelo Orçamento ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), além de R\$ 640 milhões previstos para projetos patrocinados por emendas de parlamentares.

Às vésperas da análise pela Câmara dos Deputados da denúncia de corrupção apresentada contra o presidente Michel Temer, o Ministério do Planejamento informou que vai congelar R\$ 426 milhões em emendas propostas individualmente por parlamentares e R\$ 214 milhões em projetos coletivos, de bancadas.

Essas emendas reúnem projetos e obras nos redutos eleitorais dos parlamentares e representam historicamente objeto de barganha entre congressistas e o Executivo.

No PAC, cujas obras estão

prioritariamente no Nordeste, o governo anunciou que congelará R\$ 7,47 bilhões —R\$ 5,23 bilhões serão represados e outros R\$ 2,25 bilhões serão remanejados para outras áreas do governo, incluindo a contratação de carros pipa e a Polícia Rodoviária.

Com isso, o programa que era uma das principais vitrines dos governos do PT está emagrecendo. De uma previsão inicial de quase R\$ 37 bilhões em despesas, o PAC tem garantidos pouco menos de R\$ 20 bilhões para este ano.

O represamento é parte do esforço feito pelo governo para tentar cumprir a meta estabelecida para este ano, que é reduzir o déficit do Orçamento para R\$ 139 bilhões. No período de 12 meses até junho, o rombo acumulado alcançou R\$ 183 bilhões.

Para cumprir a meta, além do bloqueio adicional de R\$ 5,9 bilhões em despesas, o governo elevou na semana passada a tributação sobre

os combustíveis, aumentando alíquotas do PIS e da Cofins.

Apesar de integrantes do governo admitirem reservadamente a possibilidade de discutir a revisão da meta, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou nesta quinta que se trata uma determinação fixada em lei e que, para cumpri-la, o governo está contendo despesas.

Com o anúncio oficial desta quinta, o congelamento total soma R\$ 45 bilhões.

Questionado sobre a possibilidade de redução da meta, Oliveira declarou que a equipe econômica "não está fazendo conjecturas" a respeito do tema. "Temos que tratar do ponto de vista dos fatos. O Tesouro recomenda que precisamos fazer um bloqueio de R\$ 5,9 bilhões, e estamos buscando receita para esse contingenciamento."

RUÍDO





Oliveira se reuniu nesta quinta com representantes dos ministérios da Integração, das Cidades e da Defesa, que demonstraram preocupação com os projetos que poderão ser suspensos por causa do aperto orçamentário.

Cidades e Defesa são os dois ministérios onde ocorreram os maiores bloqueios em verbas do PAC. Isso tem potencial de gerar ruído nas negociações políticas do governo com o Congresso neste momento, principalmente com parlamentares do Nordeste.

Aos jornalistas, Oliveira afirmou que o represamento não provocará a suspensão das obras. "Em princípio, isso não deve implicar em suspensão imediata de obra nenhuma, uma vez que a perspectiva é de que haja recomposição desses recursos ainda no decorrer do ano", disse.

Ao mesmo tempo em que tenta reduzir o déficit orçamentário neste ano, Oliveira afirmou que o governo está se esforçando para conter despesas com pessoal, mas as medidas em estudos dentro do

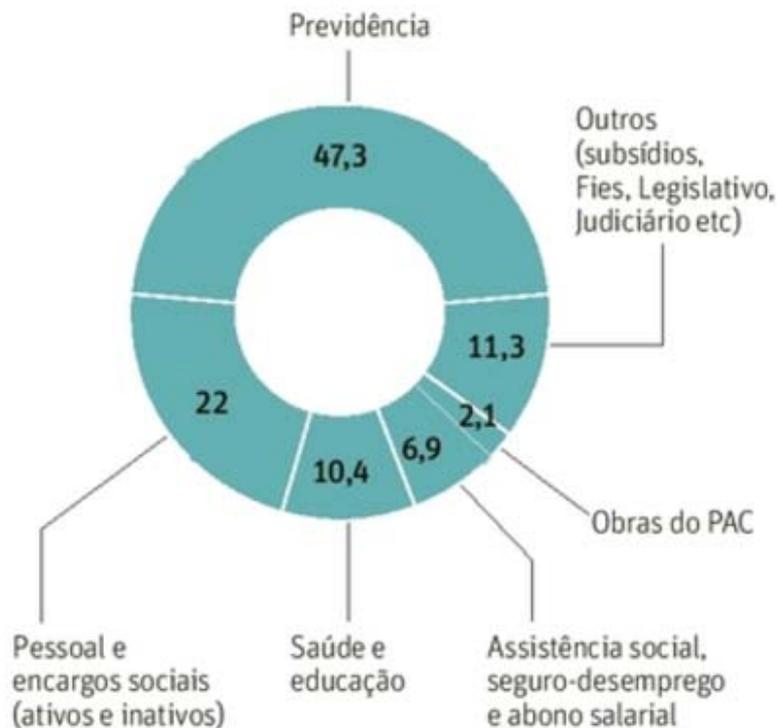
governo só terão efeitos práticos a partir de 2018.

Está em discussão atrasar o reajuste salarial de 6,5%, previsto para janeiro. "O efeito sobre o Orçamento vai depender do tempo do adiamento da concessão do reajuste", afirmou Oliveira. Segundo o ministro, o governo prevê gastar R\$ 8 bilhões com os reajustes negociados no ano passado. Se passar para o segundo semestre, por exemplo, o gasto poderia cair pela metade.

ORÇAMENTO APERTADO

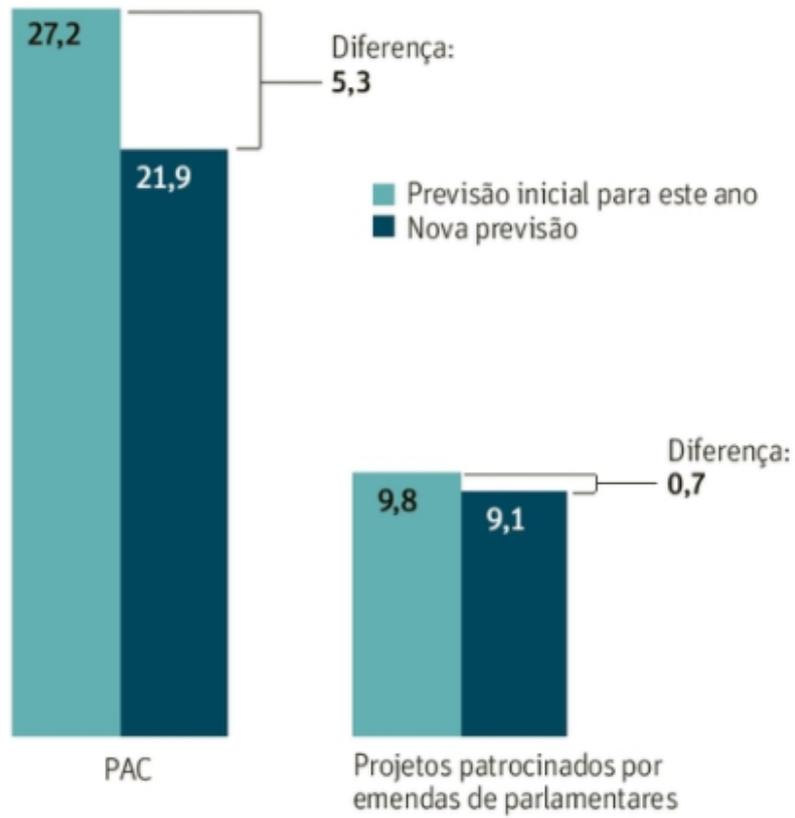
Equipe econômica reduz despesas com PAC e emendas para não extrapolar meta fiscal deste ano

Como o governo gasta, em %





Onde o governo cortou, em R\$ bilhões



Fonte: Ministério do Planejamento

› REFORMAS**TEMER DIZ QUE
NÃO VAI 'PASSAR
EM BRANCO'**

Michel Temer disse nesta quinta (27) que a sua administração não passará “em branco” se conseguir aprovar as reformas previdenciária, tributária e política. Segundo o presidente, a melhora da atividade econômica não se trata de “mágica”, mas da “coragem” e da “ousadia” de sua gestão. “Se conseguirmos realizar mais essas três novas reformas, ninguém poderá dizer que passamos em branco nesses dois anos e pouco.”

SACO SEM FUNDO

O presidente Michel Temer sofre pressão cada vez maior de aliados para revisar a meta fiscal do governo, hoje de R\$ 139 bilhões. Parlamentares já se articulam para apresentar projeto de lei aumentando o rombo em R\$ 30 bilhões.

NA REAL

Desde que a meta deste ano começou a ser discutida, ministros da área política como Eliseu Padilha (PMDB-RS) e senadores como Romero Jucá (PMDB-RR) preferiam que ficasse em torno de R\$ 170 bilhões. Na época, prevaleceu a opinião da equipe econômica, que defendeu teto mais rigoroso.

NO MEIO

Um outro grupo, alinhado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), levou ao governo uma solução intermediária: a de que Temer admita a revisão da meta desde que os parlamentares aprovem a reforma da Previdência. Ela criaria expectativas econômicas positivas que permitiriam alguma flexibilização nos gastos.

GOELA

A aprovação daria à equipe econômica, por sua vez, vitória que tornaria palatável a revisão da meta fiscal.

BAIXA

O grupo de Maia defende também que Temer se comprometa a reverter o aumento do PIS/Confins sobre combustíveis em 2018 caso a reforma seja aprovada.

DAQUIA POUCO

Jucá, apontado como articulador da revisão da meta, diz que o tema "só será discutido no final do mês", depois que Fazenda e Planejamento apresentarem projeções sobre a receita e corte de gastos do governo.

GASTA MAIS

E o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), diz que Temer deveria enviar um "embaixador ao Ministério Público Federal pedindo que trate o Brasil como nação amiga". Ele se refere à proposta de aumento de 16,38% para os procuradores.

Orçamento do STF pode barrar reajuste a procuradores

Presidente do Supremo finaliza proposta sem aumento para ministros da Corte; reivindicação do MPF está vinculada

Rafael Moraes Moura
BRASÍLIA

Diante de um quadro fiscal marcado por dificuldades, a equipe da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, está fechando uma proposta orçamentária que não deve incluir aumento para os ministros da Corte. Atualmente o salário dos ministros é de R\$ 33,7 mil, o teto do funcionalismo público. A previsão orçamentária do STF para 2018 deve ficar na faixa de R\$ 700 milhões, segundo apurou o Estado. Apesar da movimentação política do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que incluiu um aumento de 16,3% para os procuradores do MPF ao custo de R\$ 116 milhões em 2018, a presidente do STF segue sem disposição de levantar a bandeira do reajuste dos ministros em um cenário de crise. Cármen está empenhada em cortar mais despesas da Corte.

A proposta orçamentária elaborada pela equipe de Cármen deve ser discutida em uma sessão administrativa do STF prevista para o dia 9 de agosto. Os ministros do STF costumam aprovar o que for recomendado

pela administração sem criar polêmicas – mesmo assim, a expectativa é a de que o reajuste seja um dos principais temas discutidos na sessão. A falta de engajamento de Cármen no aumento dos ministros pode enfraquecer o pleito dos procuradores, já que as duas questões estão atreladas – o salário do procurador-geral da República é o mesmo dos ministros do STF. Mesmo assim, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, acredita que a ministra pode ser convencida pelos colegas a ceder.

"O orçamento não é da presidente do STF, e sim do STF, avaliado pelo plenário da Corte. A ministra Cármen Lúcia tem a característica de ouvir o colegiado, é uma pessoa que tem muito respeito pelos seus colegas", disse. Um dos temores de Cármen é o efeito cascata que um reajuste para os ministros da Corte provocaria no Judiciário e Ministério Público dos Estados. A inclusão do reajuste dos procuradores do MPF não estava na proposta orçamentária inicial elaborada pela equipe do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A sua sucessora, Rachel Dodge, pediu que o aumento fosse incluído durante sessão do Conselho Superior do

Ministério Público Federal (CSMPF), sendo acompanhada pelos conselheiros.

Procurada, Raquel informou que não comentaria o assunto. Segundo a PGR, a posição de Janot já foi manifestada na sessão. Para o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, o argumento da crise deveria valer para todos, e não apenas para a magistratura. "Todas as outras carreiras – auditores fiscais da Receita Federal, delegados da Polícia Federal, defensores públicos, advogados da União – tiveram reajuste, menos a gente", disse Veloso, que também se mobiliza para garantir um reajuste para a categoria.

O salário médio de um juiz federal hoje é de R\$ 27 mil. Atualmente, tramitam na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado dois projetos que preveem reajuste para ministros do STF e procurador-geral da República. Para entrar em vigor, é necessário o aval do Congresso. Relator da proposta de reajuste de 16,3% na CAE, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) criticou a decisão do CSMPF de incluir o aumento na proposta orçamentária de 2018. Para ele, o assunto não deve nem ser discutido pelos parlamentares nos próximos meses. / COLABOROU JULIA LINDNER

Governo planeja reduzir benefícios de servidores públicos do Executivo

Despesas. Complementos, como auxílio-alimentação e para transporte, fazem com que salários ultrapassem o teto do funcionalismo, que é de R\$ 33,7 mil; governo chega a desembolsar R\$ 3,8 bilhões por ano para bancar esses pagamentos

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo prepara uma revisão nas regras de concessão de auxílios para os servidores públicos do Executivo. Esses benefícios funcionam como uma espécie de complemento salarial. A medida faz parte da estratégia do governo para reduzir as despesas e melhorar o resultado fiscal, principalmente em 2018. Por ano, o governo chega a desembolsar R\$ 3,878 bilhões para o pagamento de 562 mil auxílios- alimentação, 84 mil auxílios pré-escola e 191 mil auxílios- transporte. Segundo uma fonte da equipe econômica, a proposta não é acabar com os auxílios, mas reduzir os valores que a União gasta com esses benefícios. Cada servidor público do executivo, se cumprir as regras, tem direito a R\$ 458 por mês de

auxílio-alimentação, R\$ 321 de auxílio pré-escola e R\$ 204,19 de auxílio-transportes.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a área econômica está fazendo uma revisão das despesas em 2017 e 2018 para encontrar margem de redução dos gastos e não ter que mudar a meta fiscal, que prevê um déficit de no máximo R\$ 139 bilhões este ano. O peso dos auxílios é maior no Legislativo e no Judiciário, mas o Executivo não tem autonomia para propor mudanças nas regras de outros Poderes. Além disso, o valor dos benefícios é maior nos dois primeiros. Para se ter uma ideia, um servidor do Senado recebe R\$ 982,28 de auxílio-alimentação, mais do que o dobro do Executivo. Muitos complementos têm feito com que servidores acabem ganhando acima do teto funcionalismo, que é de R\$ 33,763 mil (remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal).

O problema é maior no Judiciário e Ministério Público. Já existem propostas de lei para incluir no cálculo do teto esses complementos salariais (exceto

recursos indenizatórios e comprovados) tramitando no Congresso, mas elas não avançam diante da resistência dessas classes, que exercem grande influência entre os parlamentares. Uma das propostas que inclui alguns benefícios na remuneração limitada ao teto chegou a ser aprovada no Senado no fim do ano passado, mas ainda não tem relator definido na Câmara dos Deputados, o que travou o andamento.

Há outras iniciativas, como uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada por 35 senadores, que veta o recebimento de valores acima do teto e ainda limita o período de férias no serviço público a 30 dias. Consultores do Senado já fizeram as contas e identificaram uma economia potencial de R\$ 1,2 bilhão ao ano caso os "penduricalhos" passem a contar para o teto do funcionalismo – cifra considerada razoável por fontes da equipe econômica. O governo vai trabalhar agora para que uma dessas propostas para fazer valer o teto salarial seja aprovada pelo Congresso.

Orçamento do PAC tem corte de 45% no ano

Recursos destinados ao programa federal passaram de R\$ 36 bi para R\$ 19,6 bi

Lorena Rodrigues, Adriana Fernandes e Idiana TomazeUi / Brasília

A nova tesourada do governo sobre o Orçamento de 2017 atingiu em cheio os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o novo contingenciamento anunciado ontem em Brasília, os valores destinados a essas despesas vão cair praticamente à metade: dos R\$ 36,1 bilhões previstos na Lei Orçamentária para este ano apenas R\$ 19,7 bilhões estão disponíveis. A redução total, após dois sucessivos bloqueios, chega a 45,4%.

Em março, o PAC já havia perdido R\$ 8,8 bilhões. Ontem, o governo decidiu tirar mais R\$ 7,5 bilhões do programa. Desse total, R\$ 5,23 bilhões foram de fato cortados e outros R\$ 2,25 bilhões serão remanejados para áreas que estão sem dinheiro e são consideradas essenciais. Com isso, o corte total nos investimentos do PAC neste ano é de R\$ 16,3 bilhões até o momento.

O estrangulamento no programa, vitrine das gestões anteriores, foi necessário para a

equipe econômica chegar ao corte adicional de R\$ 5,951 bilhões no Orçamento da União: além dos R\$ 5,23 bilhões que saíram do PAC, outros R\$ 640 milhões foram bloqueados de emendas parlamentares. Esse já é o segundo contingenciamento de recursos anunciado com o objetivo de cumprir a meta fiscal, que delimita o rombo deste ano em R\$ 139 bilhões.

Em março, o governo anunciou um bloqueio de R\$ 42,1 bilhões, mas depois liberou R\$ 3,14 bilhões, apostando na melhora da economia. Com a ampliação de ontem, o contingenciamento atual em vigor é de R\$ 45 bilhões no total. Essa é a parte que foi "congelada" do orçamento de todos os órgãos para evitar que o buraco das contas públicas em 2017 não supere a meta estabelecida. A área econômica ainda tinha esperanças de anunciar um corte menor, mas não conseguiu viabilizar novas receitas.

Às vésperas da votação da denúncia na Câmara dos Deputados contra o presidente Michel Temer, o governo congelou R\$ 426 milhões em emendas parlamentares propostas individualmente e R\$ 214 milhões em emendas de bancadas. Esse dinheiro é destinado a obras e

projetos em bases eleitorais e tem sido usado pelo Palácio Planalto para agradar a base e conseguir apoio para derrubar a ação contra o presidente.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o congelamento é temporário e poderá ser reduzido "quase imediatamente" com a inclusão no Orçamento de receitas com novas outorgas de aeroportos, devolução de precatórios (ordens de pagamentos dadas depois de decisões judiciais) e a privatização da raspadinha da Caixa (Lotex), todas ainda sob análise e que, juntas, renderão cerca de R\$ 5,5 bilhões.

Para o ministro, a concentração dos cortes no PAC não terá "efeito prático" sobre a retomada da economia. "A postura de leniência fiscal é que comprometeria a retomada do crescimento", disse. Oliveira admitiu que o corte pode reduzir o ritmo do programa, mas a posterior liberação dos recursos garantirá a execução das obras, que são de longo prazo.

O programa chegou a ter orçamento de R\$ 50 bilhões, mas foi sistematicamente contingenciado e a execução sempre ficou muito abaixo do autorizado.



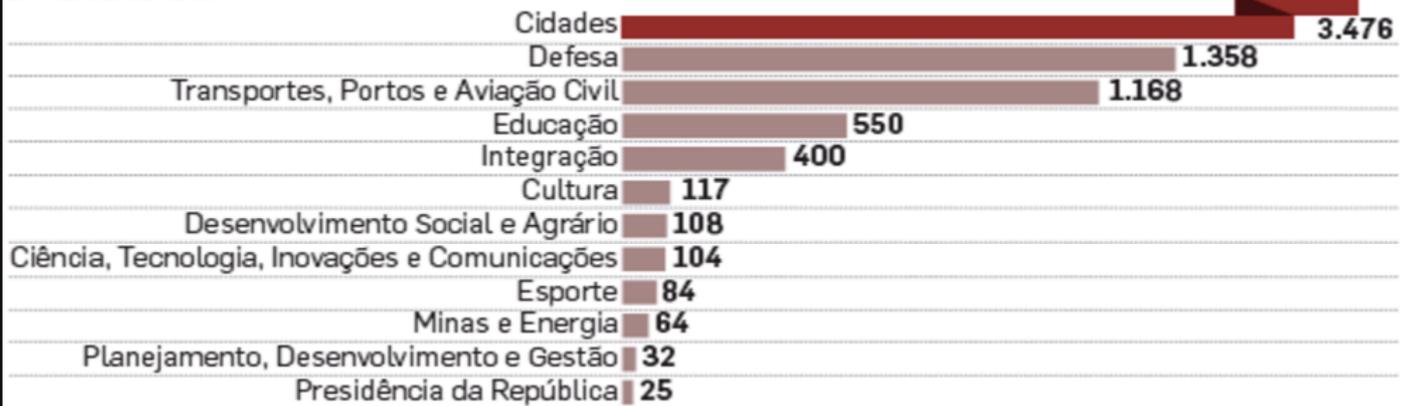


TESOURADA

● Governo anuncia bloqueio adicional de R\$ 7,487 bi no programa que era vitrine da gestão petista

Cortes no PAC por ministério

EM MILHÕES DE REAIS



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Governo vai remanejar R\$ 2,2 bilhões

O governo optou por um corte mais drástico nos investimentos para conseguir remanejar R\$ 2,25 bilhões para "áreas essenciais" que estão estranguladas pela falta de recursos. Essa foi a saída encontrada pela área econômica para tentar desafogar algumas atividades sem precisar mudar a meta fiscal, de não ultrapassar o déficit de R\$ 139 bilhões este ano.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, no entanto, não descartou enfaticamente uma futura alteração na meta. "Qualquer medida ou decisão posterior será comunicada quando for tomada a decisão."

A estratégia do governo com a realocação dos recursos é tentar aplacar os ânimos de órgãos que vinham escancarando a falta de dinheiro e chegaram a paralisar serviços, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. No caso do PF, a suspensão da emissão de passaportes teve

grande repercussão junto à população.

O Planejamento ainda não detalhou quanto será liberado para cada uma das áreas consideradas essenciais, mas o ministro confirmou que a PF e a PRF serão beneficiadas. A primeira já havia recebido um crédito suplementar de R\$ 102,3 milhões para conseguir regularizar a emissão de passaportes. Já a polícia rodoviária chegou a anunciar suspensão de atividades de fiscalização nas estradas diante da falta de dinheiro.

O ministro disse que também estarão entre os beneficiados pelo remanejamento as operações de agências do INSS e de fiscalização do trabalho escravo. Outras iniciativas devem receber injeção de recursos, como os carros-pipa que levam água potável a áreas remotas do País, a defesa civil e o sistema de controle aéreo. / i.t. a.f. l.r

O ESTADO DA GASTANÇA »

Falta de verba ameaça as operações da PF



Camburão da Polícia Federal: ministro disse que precisa ser transparente quanto à falta de recursos na pasta

Ministro da Justiça admite que cortes no orçamento devem levar a Polícia Federal a selecionar as ações %u201Cmais importantes%u201D. Aumento do contingente da Força Nacional também está descartado por causa das dificuldades financeiras

» RENATO SOUZA

Em meio à polêmica sobre mudanças nas equipes da Operação Lava-Jato em Curitiba, mais uma preocupação entrou na lista que desagradou aos integrantes da maior operação de combate à corrupção no país. O ministro da Justiça, Torquato Jardim, admitiu que a falta de recursos pode afetar as operações da Polícia Federal e que será preciso “selecionar as mais importantes”. Torquato disse que

“precisa ser transparente” quanto à falta de recursos na pasta. “A PF vai receber R\$ 70 milhões por mês até o fim do ano. No entanto, tenho que ser transparente e falar a verdade. É possível que falte dinheiro para algumas ações. Poderá implicar processos seletivos de ações, não realizar todas as operações ou não realizar em suas extensões totais, mas apenas parcialmente”, destacou.

O ministro ressaltou que não existe um prazo para trocar o diretor-geral da PF, Leandro Daiello — nem para mantê-lo —, mas destacou que uma mudança no comando da corporação depende do presidente Michel Temer. “Quem define o deadline na Polícia Federal é quem tem a caneta para assinar. Neste caso, o presidente Michel Temer.” As

declarações ocorreram durante o anúncio de uma parceria entre o ministério e o governo dos Estados Unidos, que vai enviar instrutores para ministrar cursos sobre combate ao crime organizado para forças policiais no Brasil.

De acordo com Torquato Jardim, todos os setores do governo estão passando por um contingenciamento e, dessa forma, é necessário definir prioridades. A área econômica realizou um corte de R\$ 400 milhões no orçamento da Polícia Federal deste ano. No mês passado, a emissão de passaportes chegou a ser suspensa por falta de recursos. O problema só foi resolvido após o Congresso aprovar uma emenda de R\$ 102 milhões para que os documentos voltassem a ser emitidos. De acordo com a PF, a paralisação da emissão dos passaportes resultou em uma fila de espera de 175 mil pessoas.

Força Nacional

Torquato anunciou também que o governo deixou de lado, por enquanto, o aumento do contingente da Força Nacional, uma das propostas do Plano Nacional de Segurança Pública, que, entre outras medidas, pretendia elevar o efetivo de 1,5 mil para 7 mil homens. “Não temos dinheiro para aumentar o capital humano da Força Nacional. Vamos pensar primeiro na implementação de tecnologia, para





otimizar o trabalho. Aumentar o efetivo gera um custo maior e não temos mais essa pretensão. Os recursos em caixa não nos permitem realizar este tipo de projeto agora”, destacou.

O ministro ressaltou que a intenção do governo é investir em equipamentos tecnológicos para combater o crime organizado. De acordo com Torquato, serão colocados em operação os veículos aéreos não tripulados da Polícia Federal (Vants), comprados em 2011 ao custo de US\$ 27 milhões. Atualmente, os dois drones estão parados em um galpão da PF na cidade de São Miguel do Iguaçu (PR). A promessa do governo era de que fossem comprados 14 equipamentos iguais a esse, que servem para vigilância contra o tráfico de drogas e de pessoas e para espionar organizações criminosas sem colocar em risco a vida dos agentes.

Torquato Jardim também respondeu às críticas do procurador Athayde Ribeiro Costa, do

Ministério Público Federal. O integrante do MPF disse que o ministro “não procurou saber quais eram as necessidades da Lava-Jato” e creditou a ele as mudanças na força-tarefa em Curitiba. No começo de julho, a PF divulgou o fim do grupo de trabalho exclusivo da operação que era mantido pela corporação na unidade da capital paranaense.

O procurador acusou o ministro de não ter atuado para evitar as alterações. “Sequer consultou a PF para saber a necessidade de efetivo. É responsabilidade dele essa diminuição das equipes, e temos que fortalecer a Lava-Jato”, criticou Costa. Torquato Jardim rebateu dizendo que nunca trabalhou para atrapalhar o andamento da corporação. “Vejo a crítica como infundada. Basta olhar no meu passado profissional. Já é meu segundo ministério e nunca fiz nenhum gesto de desaprovação da Lava-Jato. Se ele tem alguma crítica, podemos tomar um café para conversar”, destacou.

Passaportes são entregues

A Polícia Federal em São Paulo começou a distribuir o primeiro lote de passaportes após a suspensão do serviço. Segundo o órgão, os solicitantes já estão sendo chamados por e-mail para buscar os documentos nos postos da PF. A assessoria de imprensa informou que, no primeiro lote, estão passaportes solicitados a partir de ordens judiciais e documentos que seguiram o trâmite comum. O órgão não soube precisar quantos passaportes foram recebidos pela PF da Casa da Moeda. A estimativa é que novas caixas cheguem na próxima semana. A Casa da Moeda retomou a fabricação de passaportes na segunda-feira, mas estima em cinco semanas o prazo para normalizar as entregas, que seguirão a ordem cronológica de pedidos.

O ESTADO DA GASTANÇA»

PAC contribuirá com 88% do total cortado

Programa de Aceleração do Crescimento terá R\$ 5,2 bilhões contingenciados e sofrerá remanejamento de R\$ 2,2 bilhões para que governo pague despesas emergenciais. Planejamento, entretanto, diz que bloqueio será temporário e que nenhuma obra deve ser suspensa imediatamente

» ROSANA HESSEL

» HAMILTON FERRARI - Especial para o Correio

O contingenciamento adicional de R\$ 5,9 bilhões no Orçamento deste ano tem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como principal alvo, pois representa R\$ 5,2 bilhões ou 88% do total que será bloqueado. Esse programa ainda sofrerá um remanejamento de R\$ 2,2 bilhões de seus recursos para o pagamento de despesas dos ministérios, como a que garantirá o atendimento nas agências do INSS, que estava ameaçado, conforme o Correio antecipou.

“Faremos um remanejamento para o atendimento das demandas emergenciais dos ministérios durante os próximos meses”, disse ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, durante o detalhamento do corte. Com isso, outros órgãos que tiveram problemas recentes com os cortes orçamentários, como Defesa Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, carros-pipa,

sistema de controle aéreo e estatais de trens urbanos estão entre os beneficiados.

O novo corte, somado aos R\$ 39 bilhões já contingenciados, representa o bloqueio de R\$ 44,9 bilhões em despesas, para que o governo federal tente cumprir a meta fiscal deste ano, de déficit de R\$ 139 bilhões. O ministro evitou falar em alteração da meta fiscal, apesar de aumentarem as apostas do mercado de que o governo não será capaz de cumpri-la após o anúncio do déficit recorde de R\$ 182,8 bilhões no acumulado em 12 meses até junho.

Momento certo

Sem negar uma eventual alteração, Oliveira disse que “as mudanças serão comunicadas no momento certo”, provavelmente, em setembro. “Temos uma questão legal. Existe uma meta que está estabelecida. Não temos alternativas a não ser cumprir o que está estabelecido. Por isso, faz-se necessário esse contingenciamento”, destacou.

O ministro reconheceu que esse corte adicional e as medidas recentes de contenção de despesas e de aumento de imposto não são suficientes para o equilíbrio das contas públicas. “A solução dos problemas dos gastos passa pela reforma da Previdência, que representa 57% de todas as

despesas. Se não enfrentarmos essa questão, essas medidas que temos anunciado não serão suficientes”, afirmou. Ele admitiu que o governo aposta na receita com concessões, como a da Cemig, neste segundo semestre, para conseguir cumprir a meta. “O TCU aprovou a modelagem e, do nosso ponto de vista, há bastante segurança”, declarou. “Havendo frustração, tem que haver um corte equivalente na receita”, emendou.

O economista-chefe do banco Haitong, Jankiel Santos, demonstra preocupação com a dinâmica das contas públicas muito mais do que com o descumprimento da meta fiscal pelo governo. “A trajetória continua muito ruim. O governo continua extremamente dependente de receitas extraordinárias e, mesmo que consiga entregar o déficit de R\$ 139 bilhões, será muito ruim”, alertou. No entanto, ele admitiu que, ao elevar imposto, fazer novos cortes e anunciar redução de pessoal — mesmo que pequena —, a equipe econômica está fazendo o que pode para minimizar o não avanço da reforma da Previdência. “Há uma disposição mostrada, e isso agrada ao mercado, porque é diferente do que fazia o governo anterior”, disse.

Reversão

O ministro do Planejamento afirmou que a equipe econômica pretende reverter esse bloqueio extra





quando for possível e, para isso, está buscando uma série de alternativas. “Esse contingenciamento será temporário. Trata-se de uma determinação para executarmos o cumprimento da meta, como prevê a lei”, disse ele. Segundo Oliveira, R\$ 5,5 bilhões poderão ser liberados com a entrada de recursos como receitas extras com a liberação de R\$ 2,1 bilhões de precatórios, remodelação de concessões aeroportuárias e venda da Lotex — a raspadinha da Caixa Econômica Federal —, negócio que pode render R\$ 1 bilhão.

Com essas medidas anunciadas ontem, o volume de investimentos no PAC foi reduzido em R\$ 7,4 bilhões, passando de R\$ 27,2 bilhões, no primeiro bimestre, para R\$ 19,8 bilhões, incluindo o remanejamento de R\$ 2,2 bilhões que serão destinados para o pagamento de despesas urgentes. O ministro não soube detalhar que obras serão afetadas com a nova restrição orçamentária. “Em princípio, não deve implicar suspensão imediata de obra nenhuma”, disse Oliveira.

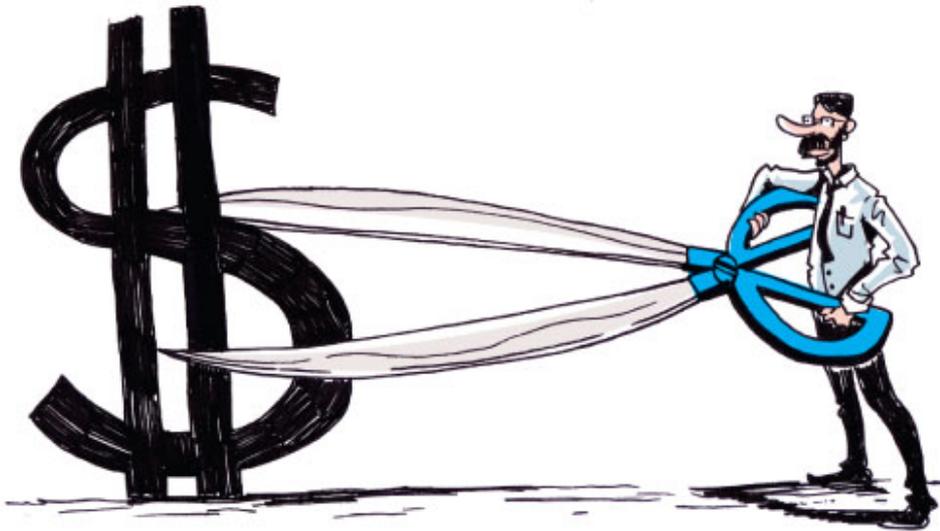
O Ministério das Cidades foi o mais afetado, com corte de R\$ 3,476 bilhões, seguido pelo da Defesa e o dos Transportes, com bloqueios de R\$ 1,358 bilhão e R\$ 1,168 bilhão, respectivamente. “Essas três pastas são sempre as que mais sofrem, porque possuem os maiores orçamentos, mas, quando o governo corta investimento, ele também está fazendo com que a iniciativa privada deixe de investir e isso é um problema para a retomada do crescimento”, avaliou Gil Castelo Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas. Ele lembrou que, na contramão dos cortes, a liberação de emendas parlamentares está acelerada com a aproximação da votação da denúncia contra o presidente Michel Temer no Congresso Nacional, na semana que vem. Até o dia 24 de julho, a soma dos valores empenhados para emendas individuais era de R\$ 4,3 bilhões, sendo que R\$ 4 bilhões apenas entre junho e julho.





Alvo no Executivo

O governo anunciou cortes baseados em restrições no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



Contingenciamento

R\$ 5,95 bilhões

Remanejamento

R\$ 2,25 bilhões

Total

R\$ 8,127 bilhões

QUANTO CADA UM PERDE

Os recursos do contingenciamento e do remanejamento serão oriundos do PAC. Confira as áreas mais afetadas



NA CONTRAMÃO DO CORTE

Ritmo de empenho de emendas parlamentares acelera em junho e em julho.

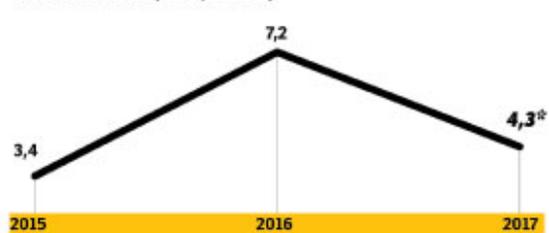
Evolução mensal de 2017 (Em R\$ milhões)



Fontes: Ministério do Planejamento e Contas Abertas

*Dados de 26 de julho

Total de emendas (em R\$ bilhões)



*Dados de 24 de julho

O ESTADO DA GASTANÇA » **PDV aguarda regulamentação**

A Medida Provisória nº 792, que estabelece o Programa de Demissão Voluntária (PDV) dos servidores do Executivo Federal, foi publicada ontem no Diário Oficial da União, mas ainda precisa ser regulamentada para que o processo tenha início. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, reforçou que o governo espera uma adesão de 5 mil funcionários e pretende obter uma economia de R\$ 1 bilhão por ano a partir de 2018, mas não apenas com o PDV.

“Esse valor é para o conjunto de medidas da MP. Não é uma meta nem uma estimativa precisa. Não temos meios de prever, porque não há série histórica. Nós nos baseamos no que ocorreu em 1996, mas as condições são diferentes”, disse Oliveira. Ele afirmou que as regras e a definição das carreiras que poderão participar do programa serão divulgadas quando a regulamentação for concluída, mas não precisou quando isso ocorrerá.

A MP também prevê redução da jornada de trabalho e licença não remunerada de três anos, prorrogáveis por igual período. Os funcionários serão incentivados a adotarem jornadas de 30 ou 20 horas semanais. “O servidor poderá exercer outra atividade, desde que não haja conflito de interesse com a área em que atua no governo”, explicou o ministro. Para quem optar pela licença, será oferecido pagamento de três meses para ajudar na recolocação no mercado. “A concessão se dará por interesse de administração. Não se aplica ao estágio probatório. E não é permitida aos licenciados.”

No caso do PDV, a indenização corresponderá a 1,25 vezes a remuneração por ano trabalhado. Não podem aderir ao programa servidores em estágio probatório ou que tenham cumprido os requisitos para a aposentadoria. “O PDV é parte de um conjunto amplo de medidas de contenção de despesas, como o teto dos gastos, a revisão

de programas, a nova Taxa de Longo Prazo e a redução de pessoal nas estatais”, enumerou o ministro.

Para o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco, a adesão deve ser baixa. “Num momento de recessão e com o desemprego elevado, nenhum trabalhador vai trocar um salário vitalício pela insegurança do mercado”, comentou.

Para Luiz Alberto dos Santos, consultor do Senado e professor da Fundação Getúlio Vargas, a MP não traz uma cláusula de arrependimento. “Falta aquela regra que diz que, no futuro, o servidor poderá pedir reingresso, desde que devolva a indenização”, assinalou. Isso pode trazer problemas, porque a Lei nº 8.112/1990 prevê que o funcionário que se aposenta tem o direito de, no prazo de cinco anos, retornar ao trabalho. “Parece-me que há aí um conflito”, destacou. (RH e HF. Colaborou Vera Batista)

O ESTADO DA GASTANÇA » **Adiamento de reajuste na pauta**

» ROSANA HESSEL
» HAMILTON FERRARI -
ESPECIAL PARA O CORREIO

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, confirmou ontem que o adiamento dos reajustes salariais dos servidores previstos para 2018 “faz parte dos cenários” considerados pela equipe econômica para atingir a meta de limitar o déficit nas contas públicas a R\$ 129 bilhões no próximo ano. Segundo o ministro, o impacto dos aumentos previstos na folha de pagamento da União é de R\$ 8 bilhões, cifra menor que a estimada por outras fontes do governo, que falam numa economia possível de R\$ 11 bilhões a R\$ 12 bilhões.

O adiamento está sendo discutido para a elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual do ano que vem, cujo texto precisa ser enviado e aprovado no Congresso Nacional até 31 de agosto. “O impacto de todos os reajustes para 2018 é de aproximadamente R\$ 8 bilhões. Então, o efeito dependerá do tempo de adiamento, de quantos meses serão adiados, mas nós estamos na

fase de avaliação de cenários”, destacou Dyogo Oliveira. “Ainda não há nenhuma decisão a respeito disso”, frisou. A média dos reajustes acordados entre os funcionários públicos e o governo federal foi de 5,5% por ano até 2019.

Entidades representativas de servidores federais começam a traçar estratégias para evitar o adiamento dos reajustes. As ações previstas vão desde recurso à Justiça até a paralisação das atividades caso a proposta seja levada a cabo.

A Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), por exemplo, informou que entrará com ação judicial para impedir a postergação, caso a medida seja de fato anunciada. O presidente da entidade, Antônio Tuccilio, disse que o governo não foi transparente durante as negociações dos aumentos, no ano passado, uma vez que não alertou sobre a situação delicada das contas públicas. “Falta gestão. O governo tinha de ter colocado o problema na mesa”, disse. “Uma vez decidido, o aumento tem de ser cumprido.”

O adiamento das correções salariais havia sido admitido na

quarta-feira pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, como uma medida para ajustar as contas federais, que vão de mal a pior. No primeiro semestre deste ano, o saldo negativo entre receitas e despesas alcançou R\$ 56,1 bilhões.

Governo quer limitar auxílios

O governo prepara uma revisão nas regras de concessão de auxílios para os servidores do Executivo, que funcionam como um complemento salarial. A medida faz parte da estratégia de reduzir as despesas e melhorar o resultado fiscal, principalmente em 2018. Por ano, são gastos R\$ 3,9 bilhões para o pagamento de 562 mil auxílios-alimentação, 84 mil auxílios pré-escola e 191 mil auxílios-transporte. O peso dos auxílios é maior no Legislativo e no Judiciário, mas o Executivo não tem autonomia para propor mudanças nas regras de outros Poderes. Os complementos permitem que muitos servidores acabem ganhando acima do teto do funcionalismo, de R\$ 33,8 mil.

"Estamos a ver navios...(dos outros)"

» **ROGÉRIO ROSSO**

Deputado federal (PSD-DF)

É alarmante o retrocesso da participação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro na economia global. Em 2011, nossa economia representava 4,1% do total das riquezas produzidas pelo mundo. Em 2015, esse índice caiu para 2,2% e deve diminuir ainda mais se mantidas as atuais variáveis e os indicadores. De acordo com projeções do Economist Intelligence Unit, da revista britânica The Economist, em 2017, a participação do Brasil na economia mundial cairá para 1,6%.

O resultado do PIB no primeiro trimestre de 2017 deixou o Brasil na última posição em um ranking com 39 países elaborado pela Austin Rating. Houve queda de 0,4% na comparação com o mesmo período do ano passado. Apenas a Grécia, penúltima colocada, também teve desempenho negativo nessa base de comparação, com retração de 0,3%.

São vários os fatores que podemos apontar como indutores desse cenário: queda do preço internacional das commodities (principais itens da pauta de exportações brasileiras); falta de competitividade dos produtos e serviços "made in Brazil"; legislação tributária ultrapassada e na contramão das tendências dos

mercados e parceiros comerciais preferenciais; insuficientes investimentos em educação, ciência e tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; acanhado avanço brasileiro em novos acordos/mercados para o comércio exterior.

A lista continua: "custo Brasil" e burocracia em franca expansão; distribuição de renda desequilibrada e perda do poder aquisitivo da população; redução dos investimentos públicos e privados em infraestrutura, mobilidade e logística; oferta de serviços públicos essenciais de precária qualidade; contas públicas da União em processo de falência, inclusive estados e municípios; falta de planejamento e diretrizes públicas e políticas públicas de Estado com ênfase no apoio de setores produtivos estratégicos sintonizados com o quadrimônio inovação/qualidade/produtividade/competitividade; miopia dos bancos oficiais de fomento, BNDES em especial, quanto aos critérios adotados para financiamentos. O exemplo mais gritante aí é o do grupo JBS, que expandiu seus negócios para fora do Brasil com recursos subsidiados dos impostos e contribuições pagos pela sociedade, adquirindo empresas do seu ramo de atividade nos EUA, Europa e outros continentes. Além dessas companhias passarem a ser concorrentes de empresas do mesmo setor aqui no Brasil, os

empregos preservados ou criados pelo grupo JBS ocorreram, em grande parte, fora do território brasileiro.

Óbvio que nosso setor produtivo e nossos empreendedores já não mais conseguem expandir suas atividades como outrora, e, dos reflexos negativos advindos dessa situação, consideramos que a escalada do desemprego e a falta de oportunidades no campo profissional são a resultante mais nefasta. Setores como o agronegócio e a mineração têm apresentado resultados razoáveis e resistido às intempéries. O país precisa alavancar de imediato seu potencial na indústria da transformação, de metalmeccânica, de bens de capital, de transportes e de tecnologia, nos pequenos negócios, na construção civil, nos serviços e no turismo. As perspectivas da sociedade brasileira nunca estiveram tão ameaçadas, e precisamos compreender a gravidade da situação e mudar para valer essa trajetória.

É imperioso acabar em definitivo com os "remendos e jeitinhos" e com as lacunas de nossa legislação. Precisamos enfrentar nossos problemas com coragem, sem demagogia ou foco apenas em pretensões eleitorais. Nesse sentido, vale observar a recente e positiva aprovação da reforma trabalhista, enviada pelo governo federal e amplamente reformulada pelo





Congresso Nacional, que, mantendo todos os direitos constitucionais do trabalhador, aperfeiçoou e compatibilizou a legislação infraconstitucional do país às demandas e aos desafios do mercado de trabalho e da economia brasileira.

Essa mesma disposição precisa ser imediatamente enfrentada pelo Poder Legislativo nas áreas tributária, previdenciária, fiscal e política-partidária-eleitoral. Sem alardes, não resta muito tempo para que o Brasil entre num colapso econômico-financeiro sem precedentes, com consequências sociais muito mais graves. Como parlamentar, mas, acima de tudo, como cidadão, defendo que essas reformas devam ser a agenda prioritária da Câmara Federal para os próximos meses. Não minimizando ou desconsiderando a dimensão da crise política instalada no país, mas acreditando que as prioridades da Nação no curto prazo devem ser essas questões.

Temos convicção de que o mais importante legado que essa legislatura da Câmara Federal deixará será a aprovação desse conjunto de medidas, com a consequente reversão do desempenho negativo da economia, com a preservação da garantia da normalidade institucional, da estrita observância do Estado Democrático de Direito e da manutenção dos direitos e garantias constitucionais duramente conquistadas pelo povo brasileiro. Fugir dessa agenda é jogar contra.